

REAÇÕES À CRISE

Luiz Carlos Bresser Pereira

(*Folha de S. Paulo*, 28.12.97)

Abstract: Nunca o desenvolvimento técnico foi tão grande, nunca houve tanta prosperidade, e jamais o aumento dos padrões de vida foi tão sustentado em todos os continentes (exceto a África) quanto na segunda metade deste século que termina. E no entanto, poucas vezes no passado recente vivemos um período de tanta incerteza. Incerteza que para uns toma o nome de desemprego estrutural, para outros de exclusão social ou de concentração de renda, e para todos, de globalização.

Nunca o desenvolvimento técnico foi tão grande, nunca houve tanta prosperidade, e jamais o aumento dos padrões de vida foi tão sustentado em todos os continentes (exceto a África) quanto na segunda metade deste século que termina. E no entanto, poucas vezes no passado recente vivemos um período de tanta incerteza. Incerteza que para uns toma o nome de desemprego estrutural, para outros de exclusão social ou de concentração de renda, e para todos, de globalização.

Esta incerteza deriva, certamente, do próprio ritmo frenético de mudança tecnológica, mas deriva também de um fenômeno fundamental deste último quartel do século vinte: a crise do Estado, ou, mais amplamente, a crise das organizações burocráticas, tanto públicas quanto privadas, que em meados deste século haviam se transformado no referencial básico de segurança social, mas que hoje, devido à sua própria crise, não garantem mais proteção segura.

Nos anos 60 e 70 eu escrevia que o século vinte era o século das organizações e da nova classe média tecnoburocrática que emergia no seio do Estado e das grandes empresas privadas. Duas ideologias, muitas vezes confundidas porque tinham a mesma origem, a da justiça social, a partir do socialismo burocrático, e a da eficiência com base na no desenvolvimento científico e na administração profissional, serviam de referência para todos tanto à esquerda quanto à direita. No final dos anos 90, porém, depois de 20 anos de crise e de reestruturação destas organizações, e da substancial redução das taxas de crescimento econômico que ocorreu em todo o mundo exceto o Leste e o Sudeste Asiático (cujos países só agora entraram em crise), a sociedade já não se sente mais segura com as organizações, e não mais confia em utopias, sejam elas socialistas ou efficientistas. No lugar das organizações ressurge o mercado como mecanismo coordenador da economia e da vida social: o mercado com seu imenso dinamismo

econômico, mas também com toda a sua cegueira ética e social. Em consequência, e não obstante o progresso que está ocorrendo, homens e mulheres entram em estado de ansiedade e buscam apoio em outras instituições, particularmente nas igrejas e na nação. Daí o novo impulso recebido pela religiões e por fundamentalismos de todos os tipos. Daí a retomada do dos ideais comunitários embutidos na “nação”, entendida esta como conjunto de indivíduos que partilham a mesma raça, a mesma língua, a mesma religião e as mesmas tradições.

Isto não significa que organização ou o Estado tendam a desaparecer. Que voltaremos aos tempos do pré-capitalismo ou mesmo do capitalismo liberal do século dezenove, em que a unidade de produção básica era familiar, e o Estado tinha um papel muito limitado na coordenação da economia e na garantia dos direitos humanos. Para produção de um grande número de bens e serviços, continua a não existir alternativa para as grandes organizações burocráticas; e a utopia neoliberal de um Estado mínimo, que chegou a prosperar diante da crise do Estado, está hoje superada. A crise por que passaram as grandes organizações privadas e o Estado, principalmente nos anos oitenta, foram crises de crescimento. Foram crises cíclicas de organizações burocráticas que cresceram demais, incharam, e foram capturadas pelos herdeiros do empresários, ou por grupos de burocratas ou de capitalistas que passaram a se preocupar em tirar vantagens da organização privada ou do Estado ao invés de bem administrá-las. Foram crises que obrigaram e continuam a obrigar as organizações a se reestruturar, a diminuir seu tamanho por algum tempo, a demitir funcionários excedentes, a rever sua missão, a concentrar seu foco de atenção.

A reestruturação de grandes empresas, como a IBM ou a General Motors, foi mais rápida e mais simples do que a reestruturação do Estado, que tomou o nome, nos anos 90, de reforma do Estado. O problema da grande empresa, ao se reestruturar, é o de se adaptar às novas realidades do mercado e da sociedade, enquanto que o desafio enfrentado pelo Estado, é bem maior, já que, além de recuperar sua governança - ou seja, sua capacidade fiscal e administrativa - é sua função orientar e regular aquelas novas realidades. O desemprego friccional, causado pela mudança tecnológica alucinante, embora transitório, é problema do Estado; os processos de concentração de renda e de exclusão social causados principalmente pelo mesmo desenvolvimento tecnológico, que aumentou a demanda de mão-de-obra qualificada em detrimento da não qualificada, são também problema do Estado. A globalização, entendida como uma expansão sem precedentes do papel do mercado na coordenação da economia mundial, com prejuízo para a capacidade regulatória do Estado, é um desafio cuja solução se espera desse mesmo Estado que se quer reformar ou reconstruir.

Se esta análise for correta, o recurso ao fundamentalismo religioso ou ao nacionalismo, adotado pelos setores mais frágeis e pobres da sociedade, da mesma forma que a crença sem limites na potencialidade do mercado, que os setores mais fortes e ricos adotaram principalmente nos anos 90, não representam uma tendência, mas constituem-se em reação à crise cíclica da organização. Reação às vezes puramente irracional, porque pretendendo a volta ao passado; às vezes, regeneradora, na medida em

que estabelece os limites da capacidade coordenadora das organizações, e relembra o papel fundamental que desempenham, de um lado, o mercado, e, de outro, os valores éticos duramente construídos pela sociedade através dos tempos.

Vivemos, sim, um tempo mais inseguro. O mercado nunca deu segurança a ninguém, e as garantias oferecidas pela nação e pela religião, da mesma forma que pela organização e pelo Estado são muito relativas em um mundo em mudança tão rápida. É importante, entretanto, dar-se conta de que toda essa insegurança é produto de um processo de crescimento e não de retrocesso. E por isso mesmo levará, afinal, não apenas a melhores padrões de vida - como já vem ocorrendo - mas, através da reforma do Estado e das organizações, à reconquista da segurança em um nível mais elevado.